Clínica cobra US$ 320 mil por tratamento de 5 meses

NÍVIA CARVALHO

Uma conta hospitalar pela hora da morte. Desde dezembro do ano passado, a Clínica São Vicente, na Gávea, tenta receber aproximadamente US$ 320 mil (cerca de Cr$ 17,7 bilhões) da família de Alberto Guedes, que morreu no Centro de Tratamento Intensivo (CTI), após cinco meses de internação. A cobrança agora foi entregue a um escritório de advocacia do Rio, que poderá levar o caso à Justiça, onde outro paciente briga para que a seguradora de saúde pague a conta, perto de US$ 200 mil (cerca de Cr$ 11,1 bilhões).

O gerente financeiro da clínica, Adriano Londres, reconhece que o preço é alto, mas ressalta que os custos hospitalares são resultado do tempo de permanência no hospital e da gravidade do caso. Além disso, cita o conforto dado ao paciente e a tecnologia dos equipamentos. O diretor médico, Fernando Boigues, afirmou ontem que os dois casos eram de pacientes que chegaram à clínica em estado gravíssimo e que, apesar da inadimplência, os tratamentos não foram suspensos.

Procurado pelo GLOBO durante dois dias, Paulo Guedes, filho de Alberto e um dos sócios do Banco Pactual, não foi encontrado. Segundo os diretores da clínica, Alberto foi internado no dia 7 de julho do ano passado, com problemas pulmonares. A pedido da família, que queria ficar perto do paciente, foi montado um CTI no quarto. O serviço de enfermagem particular cuidava de Alberto 24 horas. Também a pedido da família, segundo Adriano, as despesas hospitalares eram apresentadas à família diariamente.

De acordo com Boigues, o uso permanente de respirador, a prescrição de medicamentos caros, alguns importados, e os exames laboratoriais são alguns dos itens que elevaram os custos. O diretor-presidente da São Vicente, Luiz Roberto Londres, fez questão de afirmar que os médicos, com as prescrições, e a família do paciente, quando busca a comodidade oferecida, ditam os custos da internação, sem interferência da clínica. Segundo ele, a média de permanência de pacientes na São Vicente, incluindo o CTI neonatal, é de cinco dias.

Na 37ª Vara Cível tramita a ação proposta pelo comerciante João Carlos de Sá Santos. João sofreu um acidente na Avenida Brasil em maio de 1991. Depois de passar por um hospital público, foi transferido para a clínica Santa Maria Madalena, na Ilha do Governador. Na madrugada do dia 23 de maio, ele foi levado pelo médico que o assistia, Ivan Drumond, para a Clínica São Vicente. Segundo Boigues, a ruptura de órgãos na barriga, inclusive das alças intestinais, provocou um quadro de septicemia. Ele ficou internado na clínica até o dia 26 de julho de 1991.

O advogado do comerciante, Humberto Amado, disse que recorreu à Justiça para que a Amil Assistência Médica cubra as despesas hospitalares. A seguradora argumenta que o plano de saúde do comerciante não dava cobertura para internações na São Vicente. O advogado da São Vicente, Sérgio Coelho, disse que a perícia determinada pelo juízo confirmou os valores cobrados pela clínica. Boigues disse que a família foi orientada pela clínica a transferir o paciente, mas recusou. O comerciante ficou 45 dias internado no CTI.

A clínica está investindo US$ 2 milhões na construção de um novo CTI, com dez leitos, um novo centro cirúrgico e equipamentos. Em reforma, a clínica, na cor salmão e branco, recebe fino acabamento, semelhante ao de um hotel.